

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.853 - AL (2017/0004172-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : RAIMUNDO DE BRITO FREITAS JUNIOR**  
**ADVOGADOS : MARÍLIA ARAÚJO GOMES LIMA - AL006653**  
**SYLVIO VIEIRA COLEN NETO - AL011722**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DE DECRETO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fls. 806-807):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REGIME DO ART. 543-B DO CPC/73. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ADEQUAÇÃO DA MATÉRIA AO JULGADO DO STF (RE 601.314/ SP). QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO: TRANSFERÊNCIA DE DADOS SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. ANÁLISE DE QUESTÕES VERTIDAS NO RECURSO DE APELAÇÃO. DESCONSTITUIÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EQUIPARAÇÃO COM PESSOA JURÍDICA PARA EFEITO DE TRIBUTAÇÃO RECHAÇADA.

- Retornaram os autos da Vice-Presidência, com base no art. 543-B, § 3º, do CPC/73, para apreciação de acórdão desta eg Turma, em face do entendimento adotado pelo colendo Supremo Tribunal Federal, no RE 601.314/SP; sob a sistemática de Repercussão geral, cuja questão controvertida cingiu-se à constitucionalidade do art. 6º da Lei Complementar 105/2001.

- Reconhecida naquele julgamento a possibilidade do fornecimento de informações sobre movimentação bancária de, contribuintes pelas instituições financeiras, diretamente ao fisco, sem prévia autorização judicial.

- A questão pertinente ao suposto vício formal do Auto de Infração, relativa à 'intimação do autuado, resta suprida, pois a revelia declarada no Procedimento Administrativo Fiscal, sem a devida oitiva do interessado, restou superada com a reapreciação de documentação determinada por ordem judicial.

- Da análise dos autos verifica-se que as autuações fiscais em tela foram fundamentadas na omissão de rendimentos por parte do contribuinte, após a verificação de sua movimentação bancária. Independentemente da natureza das verbas, se advindas de atividade de intermediação de compras de couro bovina entre pequenos fornecedores individuais e empresas beneficiadoras dessa matéria-prima, como asseverado pelo Apelante, ou, se fruto de atividade empresarial exercida na condição de fornecedor do couro e derivados como defendido pela Ré, os valores constantes das contas bancárias deveriam ter sido declarados.

- Os depósitos realizados na conta de alguém assegura-lhe disponibilidade

# Superior Tribunal de Justiça

econômica e, jurídica sobre o numerário que fora depositado, o que configura, inclusive, fato gerador de Imposto de Renda (art. 43, II, do CTN). O titular da conta bancária tem disponibilidade plena sobre a quantia existente, tanto que pode fazer com ela o que bem entender.

- Cabível a comprovação de que verbas de terceiro transitaram pela conta bancária do contribuinte. Inteligência do art. 42, § 5º, da Lei n 9430/96. In casu, não restou comprovado que os valores 'não declarados tratam-se de verbas de caráter transitório, ou seja, não logrou êxito o apelante em comprovar a origem dos recursos movimentados em suas contas bancárias.

- As pessoas físicas que pretendem ser equiparadas às pessoas jurídicas, como empresas individuais, devem cuidar de adotar todos os procedimentos contábeis e fiscais aplicáveis às pessoas jurídicas, de acordo com a legislação de regência, inclusive, com relação à obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, como se observa da transcrição do art. 214 do mencionado Decreto nº 3.000/99. Não razoável que um contribuinte, após ser autuado por omissão de rendimentos, sem a devida comprovação da origem do, numerário que transitou em sua conta bancária, pretenda nessa seara ver tal pleito deferido.

- Adequação do acórdão que deu provimento à apelação para declarar a nulidade da CDA nº 43109000081-70, invertendo o ônus da sucumbência - nos termos do art. 543-B, § 3º, 11, do CPC/73, ao entendimento esposado no STF. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 818-823.

O recorrente alega violação do art. 150, § 1º, II, do Decreto n. 3.000/99, e sustenta a possibilidade de ser equiparada à pessoa jurídica, para fins de incidência do Imposto sobre a Renda.

Contrarrazões às fls. 843-849.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 851.

É o relatório. Passo a decidir.

É inviável o trânsito do recurso especial no que concerne à suposta violação do art. 150, § 1º, II, do Decreto n. 3.000/99, tendo em vista que esse tipo normativo não se enquadra no conceito de lei federal previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. **DECRETO REGULAMENTAR. LEI FEDERAL. CONCEITO. NÃO ENQUADRAMENTO.** DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Estando a pretensão recursal dissociada dos argumentos do aresto recorrido, deve a fundamentação ser considerada deficiente, a teor da Súmula 284 do STF.

**3. Pacífico o entendimento deste Tribunal segundo o qual o decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal para fins de interposição do apelo excepcional.**

[...]

5. Agravo interno desprovido. AgInt no REsp 1626238/PB, Rel. Min.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Gurgel de Faria, 1ª Turma, DJe 01/03/2019). (grifos nossos).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. **DECRETO REGULAMENTAR. LEI FEDERAL. CONCEITO. NÃO ENQUADRAMENTO. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. SANÇÕES. RAZOABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.**

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

**2. Pacífico o entendimento deste Tribunal segundo o qual o decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal para fins de interposição do apelo excepcional.**

[...]

5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1401016/DF, Rel. Min. Gurgel de Faria, 1ª Turma, DJe 14/08/2018). (grifos nossos).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator